



MULHERES DAS TERRAS INDÍGENAS KAXARARI E RIO GUAPORÉ EM DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE À LUZ DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO NEXO ÁGUA-ENERGIA-PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Hellen Virginia da Silva Alves ¹

RESUMO

Neste estudo investigou-se a relação entre as demandas pautadas pelas mulheres das terras indígenas Kaxarari e Rio Guaporé e as teorias de desenvolvimento sustentável, especialmente o nexo água-energia-produção de alimentos. A partir das principais demandas apontadas pelas mulheres destes coletivos indígenas, foi investigada a relação entre o conhecimento empírico advindo da práxis cotidiana em defesa do corpo-território e o conhecimento científico, representado pelo pensamento decolonial e feminista latino-americano, estudos geográficos sobre corpo-território e conceitos de desenvolvimento sustentável e do nexo água-energia-produção de alimentos. A pesquisa foi realizada à luz do método fenomenológico. Através de pesquisa de campo, verificou-se a práxis relacional entre a luta em defesa dos corpos das mulheres moradoras das Terras Indígenas Kaxarari e Rio Guaporé e da vida no território. Constatou-se que os pensamentos decolonial e feminista receberam contribuições valiosas da cosmovisão e da resistência histórica dos povos originários latino-americanos ao colonialismo e à colonialidade. Essas contribuições resultaram na atualização do conceito geográfico de território e no surgimento da categoria corpo-território. A partir da luta das mulheres indígenas e feministas latino-americanas, a inter-relação entre corpo-território-terra foi trazida para o centro do debate geográfico e político. Através de suas pautas em defesa dos corpos e do território, demonstram a aplicação prática e empírica dos conceitos de desenvolvimento sustentável, especialmente do nexo água-energia-produção de alimentos. Para elas, as relações materiais e imateriais que os corpos mantêm com o território (e seus mundos) asseguram a existência do coletivo em condições de dignidade, motivo pelo qual a defesa do território se converte em defesa da própria vida do corpo coletivo. Que o presente trabalho dê visibilidade à luta dessas mulheres que participam ativamente da defesa do território ancestral e da vida da geração presente e das gerações futuras.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, Corpo-território, Desenvolvimento Sustentável, Nexo Água-Energia-Produção de Alimentos.

ABSTRACT

From the main demands pointed out by women from these indigenous groups, the relationship between empirical knowledge arising from everyday praxis in defense of the territorial body and scientific knowledge, represented by Latin American decolonial and feminist thinking, geographic studies on the body-territory, was investigated. territory and concepts of sustainable development and the water-energy-food production nexus. The research was carried out in the

¹ Doutoranda e mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Licenciada em Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bolsista CAPES. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO. Email: hellenalves_pvh@hotmail.com.



light of the phenomenological method. Through field research, the relational praxis between the struggle in defense of the bodies of women living in the Kaxarari and Rio Guaporé Indigenous Lands and life in the territory was verified. It was found that decolonial and feminist thoughts received valuable contributions from the cosmivision and the historical resistance of the original Latin American peoples to colonialism and coloniality. These contributions resulted in the updating of the geographical concept of territory and the emergence of the body-territory category. From the struggle of indigenous women and Latin American feminists, the interrelationship between body-territory-land was brought to the center of the geographic and political debate. Through their guidelines in defense of bodies and territory, they demonstrate the practical and empirical application of the concepts of sustainable development, especially the water-energy-food production nexus. For them, the material and immaterial relationships that bodies maintain with the territory (and its worlds) ensure the existence of the collective in conditions of dignity, which is why the defense of the territory becomes the defense of the life of the collective body. That this work gives visibility to the struggle of these women who actively participate in the defense of ancestral territory and the life of the present and future generations.

Keywords: Indigenous women, Body-territory, Sustainable Development, Water-Energy-Food Production nexus.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo a Geografia restringiu sua análise sobre o território à visão e compreensão de mundo eurocêntrica, que percebia o território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado (Ratzel, 1990). A partir do conceito de território estritamente político a geografia iniciou um longo período de subserviência ao imperialismo europeu e este conceito só passaria por mudanças entre o final do século XX e início do século XXI, quando houve a incorporação de aspectos econômicos, culturais e/ou sociais ao termo (Silva e Silva, 2016).

A intrusão colonial na América Latina resultou na imposição da compreensão de mundo do colonizador aos povos originários, que incluiu a compreensão sobre o território de caráter estritamente político, institucional e ideológico, silenciando e subalternizando os saberes ancestrais sobre os mundos e seus territórios. A compreensão dos povos originários sobre o território perpassa aspectos culturais, cosmogônicos e míticos e não é homogênea, pois cada povo possui sua própria cosmogonia e cultura. Porém, mesmo para mulheres e homens dos povos originários latino-americanos, o território pode possuir um significado bastante distinto da compreensão eurocêntrica, pois ele é instrumento de opressão, mas também de (re)afirmação identitária, de luta, de transformação social, de diálogo com os movimentos sociais e de vida.

Para Haesbaert (2020), a compreensão latino-americana a respeito do território é repleta de significados e de valor simbólico, que perpassam a esfera do vivido, das



práticas, do uso e da identidade, onde o território pode ser uma extensão do corpo e o corpo do território, proporcionando à Geografia um novo olhar sobre essa categoria e novas possibilidades de escalas.

Pensando e compreendendo o território a partir da cosmovisão originária e, fundamentadas pelas epistemologias decoloniais e feministas, as mulheres indígenas latino-americanas foram as pioneiras a trazer ao centro dos debates sociais das últimas décadas a luta pelo território e pelo corpo, ou pelo corpo-território. Dessa forma, essas mulheres percebem e compreendem o território como corpo e o corpo como território e fazem de seus corpos ferramentas de luta (Haesbaert, 2020).

A relação que estas mulheres estabelecem com o território está intimamente relacionada ao uso sustentável dos recursos naturais, com a finalidade de assegurar a existência das gerações presentes e futuras e por isso mantém relação com as das teorias de desenvolvimento sustentável, especificamente através do nexos água-energia-produção de alimentos. Nesta relação a gestão deficiente de um dos recursos, põe em risco a segurança dos outros e do nexos como um todo (Rodrigues, 2017).

No Brasil, os movimentos de (r)existência das mulheres indígenas da Amazônia, apoiados pelo pensamento decolonial e feminista, foram os pioneiros na luta organizada pelo reconhecimento e atendimento das demandas das mulheres indígenas, dentre as quais destaca-se a necessidade de defesa dos territórios e dos seus corpos, evidenciando a íntima relação mantida entre eles. Aos poucos os movimentos sociais pela defesa do corpo-território se ampliaram em todo o país até que, em agosto de 2019, aconteceu em Brasília a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito” e que reuniu 2.500 mulheres de 130 povos indígenas distintos, originários todas as regiões do país. Logo, ao passo que emerge a necessidade do surgimento de novas lideranças que pensem estratégias de fato sustentáveis e que lutem pela defesa da vida e uso não predatório dos recursos naturais, as mulheres indígenas assumem o protagonismo na luta pela defesa do corpo-território, em uma trajetória empiricamente relacionada às teorias da sustentabilidade.

As mulheres das terras indígenas Kaxarari e Rio Guaporé, apesar de habitarem territórios diferentes, percebem que suas principais demandas mantêm relação com a defesa dos corpos e do território, motivo pelo qual aos poucos elas reconfiguram seus arranjos organizacionais políticos na tentativa de obter o reconhecimento de suas



demandas pelo coletivo e buscar alternativas para o atendimento do que consideram necessidades.

Ante o cenário exposto, emerge o seguinte problema: “A luta das mulheres das terras indígenas Kaxarari e Rio Guaporé pela defesa do corpo-território mantém alguma relação com as teorias de sustentabilidade, especialmente o nexo água-energia-produção de alimentos?”

Logo, o objetivo principal deste artigo é analisar a existência de relação entre a defesa prática do corpo-território liderada por essas mulheres e as principais teorias de sustentabilidade, com destaque para o nexo água-energia-produção de alimentos. Através de pesquisa de campo, investigou-se a práxis relacional entre a defesa dos corpos e dos territórios habitados pelas mulheres moradoras das Terras Indígenas Kaxarari e Rio Guaporé e as teorias do desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA

A análise dos resultados da pesquisa foi realizada à luz do método fenomenológico e a metodologia utilizada consistiu em observação participante e rodas de conversa realizadas com mulheres indígenas. Foram realizadas duas pesquisas de campo realizadas na Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG), nos anos de 2016 e 2018 e três pesquisas de campo realizadas na Terra Indígena Kaxarari, nos anos de 2018, 2019 e 2021, ambas localizadas na Amazônia Legal brasileira, no estado de Rondônia, Brasil. Portanto, as informações apresentadas dizem respeito às mulheres indígenas Kaxarari e às mulheres indígenas habitantes da TIRG, que correspondem aos povos Wajuru, Arikapu, Aruá ou Aruak, Cabixi, Kanoé, Kujubim, Dioromitxi, Makurap, Massaká, Oro At, Oro Mom, Oro Nao, Oro Waran Xijein e Tupari.

Na Terra Indígena Rio Guaporé foram realizadas duas rodas de conversa: uma na aldeia de Ricardo Franco que contou com a participação de 22 (vinte e duas) mulheres e outra na aldeia de Baía das Onças, da qual participaram 18 mulheres. Na Terra Indígena Kaxarari 32 (trinta e duas) mulheres do povo Kaxarari participaram das rodas de conversa. A análise das falas captadas durante as rodas de conversa ocorreu segundo a metodologia de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem como fundamento os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e permite, através de



procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidades (Figueiredo et al., 2013).

Quanto ao objetivo, a pesquisa se apresenta como exploratória, pois visa a uma primeira aproximação do pesquisador com o tema, familiarizando-o com os fatos e fenômenos relacionados ao problema estudado e busca subsídios não apenas para determinar a relação existente, mas, sobretudo, para conhecer o tipo de relação (Fonteneles et al., 2009).

SOBRE A COLONIALIDADE DO SABER E O PENSAMENTO DECOLONIAL

A imposição da visão de mundo do colonizador como única forma possível de existência se converte em violência epistêmica a partir do momento em que o exercício do poder colonizador resulta na invisibilização do colonizado e na negação da sua representação; eis a estratégia do apagamento cultural. São denominadas de “epistemicídio” (Santos, 2006) as práticas que aniquilam a diversidade e a riqueza epistêmica do mundo. É a partir do epistemicídio que se instala o totalitarismo racional da ciência moderna, que desqualificou e exterminou outras epistemes, em uma demonstração clara da relação entre a ciência moderna e o colonialismo. Logo, a compreensão de modernidade se deu a partir das marcas deixadas pelo projeto civilizatório moderno caracterizado pela violência colonial e pela colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza, pois o colonialismo pode ser compreendido como uma forma de dominação fundamentada na crença sobre a existência “natural” de uma superioridade étnico-racial e epistêmica européia que deve se sobrepor aos outros povos (Quijano, 2005).

Ao impor padrões universais de progresso, desenvolvimento e bem-estar social, a colonialidade supera a negação de outras possibilidades existenciais, uma vez que coloca as alternativas diferentes dos padrões apresentados na condição de inferiores, primitivas e subalternas. Esse processo de negação e de subalternização de outras racionalidades, outros projetos civilizatórios, outros projetos de desenvolvimento, de bem viver, outras cosmovisões e tantas outras subjetividades implica no apagamento de tudo que se distancia do projeto civilizatório colonial (Cruz, 2017).

A dominação proposta pelo colonialismo não se limita à forma bélica, pois se trata de uma forma mais profunda, significativa e duradoura que se materializa através da



colonialidade, sendo esta uma forma de dominação que não se limita à dominação física ou à destruição de outros povos, pois visa a transformação de suas almas, de sua forma de perceber e conhecer a si e ao mundo. Esse processo resulta na adoção do universo cognitivo do colonizador pelo colonizado (Castro-Gómez, 2005). Portanto, a colonialidade do saber possui relação íntima com as práticas de epistemicídio, pois legitimam como conhecimento apenas os saberes eurocentrados, subalternizando todos os saberes ancestrais não eurocêntricos e a produção científica não hegemônica.

A oposição aos padrões eurocêntricos existe desde a intrusão colonial e se materializa de formas distintas; seja na resistência dos povos originários à ocupação dos territórios ancestrais ou nas estratégias de enfrentamento ao apagamento cultural. Aos poucos essa oposição, passou a ocupar os espaços acadêmicos em busca de novas perspectivas epistemológicas, ética e política de compreender o mundo a partir da história do colonialismo e da herança da colonialidade. Intelectuais de diversas áreas estruturaram ao longo dos últimos cinco séculos outras formas de pensar, de produzir e consumir conhecimento, orquestrando um verdadeiro movimento de contrapoder à opressão/exploração do legado colonial. Dessa forma, a história do colonialismo e sua herança se unem a história da existência, da resistência e da luta dos grupos subalternizados. Especialmente na América Latina, surgiram iniciativas científicas de resistência à colonialidade como a Filosofia da Libertação, a Teologia da Libertação e a Pedagogia da Liberdade e da Autonomia (Cruz, 2017) que impulsionaram novos olhares sobre diversas áreas do conhecimento.

A tradição de resistência latino-americana ganhou nova roupagem a partir do final dos anos 1990, quando surgiu um movimento científico de crítica mais radical à herança eurocêntrica, à forma como se estruturaram as sociedades latino-americanas e suas relações de poder, formas de produção do conhecimento, subjetividades e sociabilidades. Os principais intelectuais que contribuíram para que esse movimento ganhasse força foram Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano, Ramon Grosfoguel e Fernando Coronil que juntos estruturaram a partir de 1998 vários seminários, diálogos paralelos e publicações que consolidaram o Grupo Modernidade/Colonialidade. Em 2000 o Grupo Modernidade/Colonialidade lançou uma de suas obras coletivas mais importantes: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (Oliveira; Candau, 2013, p. 277).



Em oposição ao pensamento colonial, o pensamento decolonial latino-americano afirma que o conhecimento não é objetivo, neutro e universal, ele é localizado e repleto de subjetividades. Autores como Quijano (2005), Lander (2005), Santos (2006), Grosfoguel (2008) e Mignolo (2003) afirmam que a produção do conhecimento é contextualizada, localizada e incorporada em uma nítida oposição ao pensamento colonial que afirma que tal produção é abstrata, neutra e universal.

O pensamento decolonial não se prende à lógica eurocêntrica de um único mundo possível, ele contempla a pluralidade de vozes e caminhos através da busca pelo reconhecimento das diversidades e pela legitimação de pensamentos-outros e por isso se constitui em uma das variadas oposições planetárias ao pensamento único (Mignolo, 2003). Em busca de alternativas à conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno, o pensamento decolonial propõe a desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal e percebe na neutralidade científica um potente instrumento de naturalização e legitimação da ordem social colonial (Lander, 2005).

PENSAMENTO DECOLONIAL E A GEOGRAFIA

A partir da perspectiva decolonial as geógrafas e os geógrafos latino-americanos puderam repensar o sentido das categorias, métodos, metodologias e as dimensões das escalas e como consequência surgiram contribuições significativas para os estudos geográficos decoloniais e os estudos sobre território ganharam outra dimensão. Na América Latina o uso do conceito de território nas pesquisas de Geografia geralmente está associado às mais variadas formas de conflito envolvendo disputa por terra, logo o uso do território se converte em práxis política de movimentos sociais que travam lutas que não estão restritas à ocupação do território, mas também à outras dimensões do território como a memória e identidade (Svampa, 2019). Logo, este “[...] conceito tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político, em especial, no contexto latino-americano, em que essa categoria é uma espécie de catalisador das energias emancipatórias.” (Cruz, p. 87, 2011).

Os estudos decoloniais na Geografia denunciam a forma como esta ciência tratou por muito tempo o território; como local estrutural estruturado ou como um espaço onde as relações de poder e de apropriação por parte de grupos humanos (Cruz-Hernandez, 2017) e dessa forma as contribuições da geografia decolonial latino-americana foram



fundamentais para o reconhecimento de um sentido mais amplo do território, que alcança tanto a dimensão física, quanto as dimensões mentais e psicológicas (Haesbaert, 2020).

Ao contrário da categoria território, que desde a instituição da Geografia como ciência se tornou alvo de interesse e de produção científica, a categoria corpo foi subestimada geograficamente durante muito tempo (Haesbaert, 2020). Foi somente a partir da década de 1990 que os estudos geográficos sobre corpo tomaram forma, a partir da iniciativa de geografias feministas como Mc Dowel (2000) e Massey (2005). Na América Latina essa discussão é bastante recente e iniciou a partir dos estudos de Lindón (2012) e Silva e Ornat (2016).

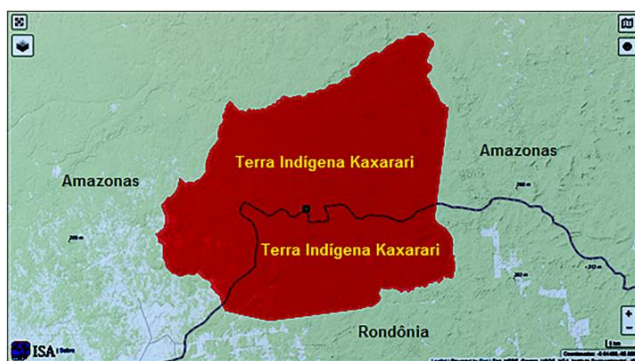
Durante muito tempo a Geografia abordou território e corpo como categorias separadas, inclusive nas Geografias Feministas (Cruz-Hernandez, 2017). Foi a partir da teoria decolonial que a articulação destas categorias passou a ser investigada. Os estudos de Lindón (2012) discutem a articulação entre as categorias território, espaço e corpo, afirmando que o corpo está sempre localizado em algum local, que pode ser considerado o primeiro espaço. Dessa forma, a corporalidade pode ser definida como "a linguagem estrutural que passa pelo corpo" (Lindón, 2012, p. 703), portanto o pensamento decolonial convidou as geógrafas feministas a repensar o vínculo entre corpos-territórios.

MULHERES DAS TERRAS INDÍGENAS KAXARARI E RIO GUAPORÉ EM DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO

Apesar da distância geográfica entre as terras indígenas Kaxarari e Rio Guaporé e de serem habitadas por povos de culturas distintas, apresentam demandas semelhantes em relação à violência contra os corpos femininos e contra o território.

A Terra indígena Kaxarari foi homologada pelo decreto s/no de 13/08/92 e localiza-se na Amazônia Legal brasileira, no distrito de Extrema, nas divisas dos estados de Acre, Rondônia e Amazonas. Ela está inserida em uma zona de conflitos conhecida como "arco do desmatamento".

Mapa 1: Mapa da Terra Indígena Kaxarari, entre os estados do Amazonas e Rondônia.

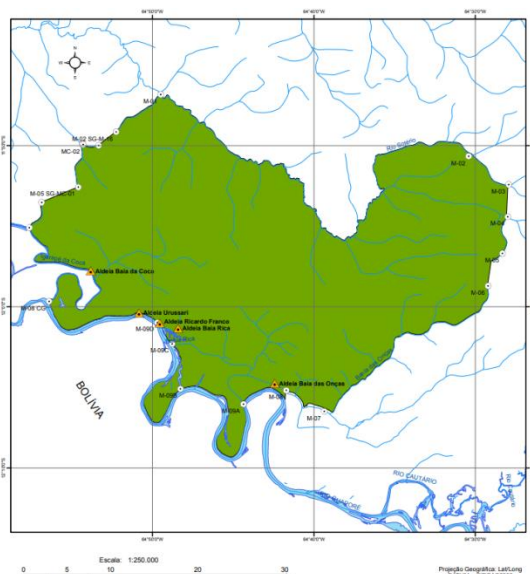


Fonte: Instituto Socioambiental – ISA (2019).

O povo Kaxarari pertence à família linguística Pano e soma uma população de aproximadamente 350 pessoas, que vivem em nove aldeias; Pedreira, Paxúba, Barrinha, Central, Nova, Marmelinho, Txakubi, Kawapu e Buriti e a intensificação do contato deste povo com os não indígenas se deu em função da luta contra o desmatamento.

A Terra Indígena Rio Guaporé foi homologada no ano de 1996 e localiza-se no município de Guajará Mirim, Rondônia, em uma região de fronteira com a Bolívia. Está dividida em cinco Aldeias: Baía da Coca, Baía das Onças, Baía Rica, Ricardo Franco e Urussari, conforme figura a seguir:

Mapa 2: Mapa da Terra Indígena Rio Guaporé, Guajará-Mirim, Rondônia.



Fonte: Elaborado a partir das coordenadas coletadas em campo, 2017.

A pesquisa de campo revelou que as mulheres destes dois territórios clamam pelo reconhecimento e atendimento de demandas relacionadas diretamente à defesa do território e dos corpos femininos, como demonstra o quadro 1:



Quadro 1: Demandas femininas das Terras Indígenas (TI) Kaxarari e Rio Guaporé sobre corpo e território

Demandas das mulheres da T. I. Kaxarari	Demandas das mulheres da T. I. Rio Guaporé
Palestras e cursos para os homens, mulheres e juventude sobre a Lei Maria da Penha e sobre como denunciar casos de violência doméstica.	Palestras e cursos para os homens, mulheres e juventude sobre a Lei Maria da Penha e sobre como denunciar casos de violência doméstica
Palestras e cursos para os homens, mulheres e juventude sobre os riscos e danos do uso de álcool e drogas.	Palestras e cursos para os homens, mulheres e juventude sobre os riscos e danos do uso de álcool e drogas.
Palestras para de sensibilização sobre a importância da defesa do território. Curso de ronda comunitária, apelo aos órgãos públicos para fiscalização do território e combate aos invasores madeireiros.	Desenvolvimento de ações de ao monitoramento, fiscalização da fronteira e combate e prevenção ao tráfico internacional de drogas ilícitas, estupro e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.
Mutirão da justiça rápida nas aldeias. Assessoria jurídica para os casos de insegurança (invasão do território) e violência.	
Palestras e cursos para os homens e juventude sobre machismo e sobre a importância de a mulher ter renda própria e autonomia financeira.	

Fonte: Alves, H.V. da S. Dados de pesquisas de campo – acervo pessoal. 2020.

Dentre as necessidades comuns relatadas por estas mulheres, destacam-se a necessidade de desenvolvimento de ações relacionadas ao combate à violência, sendo ações educativas sobre a Lei Maria da Penha e como acessá-la e ações de prevenção e combate ao uso de álcool e drogas, que são compreendidos por elas como elementos potencializadores da violência doméstica (Nascimento Silva et al., 2018). As ações educativas que visam a defesa do território estão interligadas à violência contra os corpos femininos, pois diante da presença dos invasores de terras as mulheres costumam ser as vítimas preferenciais e sofrem todo tipo de violência (sexual, física e moral), havendo relatos de tráfico de mulheres, geralmente para para fins de exploração sexual.

Barroso e Mello (2020) apontam que existência de outras formas de tráfico de pessoas e escravidão contemporânea na região da fronteira agrícola amazônica que costumam acontecer através da abordagem dos “gatos”, que são os recrutadores de mão de obra, que aliciam trabalhadores rurais em situação de vulnerabilidade e os levam para regiões remotas. A partir de falsas promessas de trabalho com benefícios falsos – como garantias de alimentação, salário e alojamento – os gatos aliciam pessoas que chegam nos lugares de trabalho na condição de “trabalhadores livres”, mas rapidamente se tornam devedores, por meio da aquisição de produtos e serviços do próprio empregador. Os gatos utilizam, ainda, violência física, moral e confinamento, como formas de manter os



empregados em tal condição (OIT, 2011, pp. 16-17; Cacciamali, Azevedo, 2011, pp. 943-948; OIT, 2010, pp. 48-53).

Ainda na esfera das demandas relacionadas à defesa das fronteiras, do território e dos corpos, importa destacar que a vulnerabilidade ímpar que alcança os defensores da floresta que pautam demandas dessa natureza. Barroso e Mello (2020) afirmam que o Brasil tem um dos maiores índices de homicídios de defensores da floresta (Brito et al, 2019, p. 1), classificação de designa as populações indígenas, povos tradicionais da floresta, quilombolas, ativistas de direitos humanos e ambientalistas que costumam ser vítimas constantes de proprietários de terras (frequentemente “grileiros”), garimpeiros, madeireiros e de pistoleiros de aluguel (Vasconcellos, 2019).

A violência contra a mulher indígena pode ser compreendida como um fenômeno pré-colonial, pois muitas dessas mulheres eram submetidas a um processo de dupla-vitimização em suas próprias sociedades através das ações violentas de parentes e dos inimigos tribais, porém, foi a partir da intrusão colonial que elas viram as fileiras de seus inimigos e alvos serem aumentadas pelos conquistadores europeus (Simonian, 1994). Com a imposição da cosmovisão europeia às sociedades originárias, surgiram novas diferenças de gênero e as mulheres indígenas tiveram o seu modo de vida e de existência modificados drasticamente, sendo privadas de ocupar espaços em que antes atuavam ativamente. Com a invasão do colonizador, as identidades diferentes foram marginalizadas ou convertidas e os espaços que antes eram ocupados por mulheres foram esvaziados (Segato, 2014).

Paredes (2008) e Cabnal (2010) afirmam a existência do patriarcado ancestral milenar e originário que foi gestado e justificado pelos princípios e pela cosmogonia de diferentes povos originários da América Latina e a partir do qual a atuação feminina nos espaços de tomada de decisão, incluindo o espaço político e bélico, foi usurpada. Paredes (2008) é responsável pelo conceito de “entronque patriarcal”, teoria que afirma que o patriarcado ancestral nas sociedades latino-americanas originárias foi reforçado pelo patriarcado ocidental.

Além do esvaziamento feminino nos espaços de ação política e de tomada de decisão, a cosmovisão colonial desencadeou um processo rápido, porém persistente, de desumanização das mulheres indígenas, já que desde os primeiros contatos que os colonizadores europeus estabeleceram com as sociedades indígenas as mulheres



transformaram-se em alvos específicos de suas brutalidades (Bonwick[1870] 1970; Brownmiller, 1976).

A violência colonial contra a mulher indígena é intencionalmente apresentada e naturalizada como resultante de sua “natureza permissível”, fruto de uma cultura que compreende a sexualidade como “natural”. Logo, tornar o corpo das mulheres indígenas alvo de vários tipos de violência se tornou tática generalizada do colonizador (Penteado, 1980). Portanto, a naturalização da violência contra a mulher indígena, possui relação direta com a colonização do poder e com a cultura patriarcal, numa tentativa explícita de justificar através da dualidade entre masculino e feminino o exercício do poder através da dominação dos corpos (Saffioti, 2004).

Acompanhando o fortalecimento científico do movimento decolonial e feminista, as mulheres indígenas da Amazônia Brasileira iniciaram o movimento de retomada e reorganização do espaço de ação e de fala política a partir do final da década de 1980. Este movimento se justifica pelo fato de que, apesar da relação da mulher indígena com a vida política em comunidade ser antiga, o atual caráter organizacional das mulheres indígenas brasileiras é relativamente recente. Foi a partir do movimento de mulheres indígenas que emergiram as narrativas femininas sobre violências e houve a intensificação das reivindicações conjuntas sobre a defesa do território e dos corpos femininos. Ao compreenderem que a defesa do território se converte também em defesa dos corpos, especialmente dos corpos femininos, as mulheres indígenas percebem que a defesa do território e a defesa da vida são tecidas juntas.

As escalas geográficas que definem a invasão dos territórios são amplas e incluem a relação entre território e corpo/gênero e território e “T/terra” (Haesbaert, 2020). Portanto, para estas mulheres a relação com o território é tão profunda e significativa que o corpo passa a ser extensão do território e vice e versa, portanto, assegurar a defesa dos corpos permite assegurar a luta pela defesa do território.

A LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS EM DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO SOB A LUZ DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO NEXO ÁGUA-ENERGIA-PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A aplicação prática da defesa coletiva do corpo-território pelas mulheres das terras indígenas Kaxarari e Rio Guaporé perpassa a compreensão profunda, sagrada e alicerçada em saberes ancestrais que a cosmogonia dos povos indígenas amazônicos detém a



respeito da relação entre a saúde do meio ambiente e a manutenção da vida no território. Esse conjunto de saberes, compreendem de forma única o que o conhecimento acadêmico denominou de nexos água-energia-produção de alimentos.

O conceito de nexo tem se destacado no vocabulário contemporâneo sobre o desenvolvimento sustentável. Em termos propositivos o nexo se aproxima das concepções e iniciativas vinculadas à economia ecológica, permitindo uma racionalidade e ações voltadas ao investimento na conservação de serviços ecossistêmicos, produzir mais com menos e inclusão de populações mais pobres (Giatti et al., 2016). Esse conceito surgiu em resposta as alterações climáticas e mudanças sociais, incluindo o crescimento populacional e econômico, a globalização, a urbanização, a evolução das desigualdades na sociedade e o descontentamento social em face destas mudanças (Endo et al., 2015).

A concepção de nexo é decorrente do esforço internacional em reconhecer as limitações impostas por uma possível escassez hídrica global. Essa concepção entende a água como elo principal do nexo, sendo que a água é compreendida como um bem global finito indispensável à vida e sua ausência impossibilita o desenvolvimento de qualquer sociedade. Sua oferta em quantidade e qualidade constitui-se um desafio comum à humanidade (Rodrigues, 2017).

O conceito do nexo admite que a água, energia e alimentos possuem estrita relação, uma vez que são recursos fundamentais ao desenvolvimento humano e à sustentabilidade e que o uso insustentável ou a gestão deficiente de um destes poderá comprometer a oferta e a acessibilidade dos outros dois (Rodrigues, 2017).

Nesse sentido, o nexo se apresenta como uma ferramenta conceitual para alcançar o desenvolvimento sustentável, pois a sinergia água-energia-alimentos envolve a busca pelo equilíbrio entre a oferta de recursos naturais e a demanda sobre o meio ambiente (Rodrigues, 2017).

O nexo também pode ser compreendido como uma nova abordagem para a pesquisa e formulação de políticas, pois amplia a discussão da mera gestão dos recursos hídricos. A luz do conhecimento acerca das contingências e interdependências entre água, energia e alimentos o nexo emerge como proposta de abordagem diferenciada no campo da sustentabilidade, demandando manejo integrado e governança através de distintos setores e diferentes escalas territoriais (Rodrigues, 2017).

Uma das principais discussões propostas pelo nexo água-alimentos-energia é a segurança hídrica, pois a escassez de recursos hídricos pode afetar não somente a



disponibilidade de água, mas a segurança dos três elos donexo, comprometendo o acesso e a oferta de água, energia e alimentos (Rodrigues, 2017).

Entre o coletivo indígena da Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG) a relação com o rio homônimo é essencial para a manutenção da vida. Neste coletivo as mulheres estabelecem múltiplas e diferenciadas relações com as águas e essas peculiaridades possuem ligação com a cosmogonia dos povos que define a divisão sexual do trabalho, ou seja, existem atividades que são compreendidas como responsabilidades exclusivas do gênero feminino e muitas dessas só são possíveis graças ao contato como rio, dentre as quais se destacam as atividades relacionadas ao cuidar, seja da família, das pequenas criações de animais ou do lar e para isto se faz necessário um contato cotidiano e frequente com as águas do rio Guaporé (Alves e Nascimento Silva, 2021).

Para as mulheres da TIRG o Rio Guaporé é fonte de vida, pois fornece alimentos e torna possível a sobrevivência de animais, plantas e seres humanos. Também é um lugar de lazer, pois banhar-se em suas águas e pescar é uma das poucas diversões compartilhadas por crianças e adultos. O rio também é a única via de acesso à terra indígena e, portanto, é o navegar que torna possível o ir e vir destas pessoas e os encontros com os entes queridos (Alves e Nascimento Silva, 2021). Todas essas peculiaridades contribuem para que as mulheres da TIRG tenham uma compreensão complexa e profunda da importância das águas para a manutenção da vida no território.

Apesar das mulheres da Terra Indígena Kaxarari não perceberem as águas como único caminho possível, já que o território é acessado via terrestre, elas também mantêm uma relação especial com os recursos hídricos, pois compreendem que as águas são importantes para a produção dos alimentos, para a pesca, para as tarefas do cuidar. Portanto, sua forma de ver o mundo torna possível a aplicação prática do nexo. Elas sabem que se faltar água, as roças não produzem alimentos, se os rios estiverem poluídos ou assoreados a pesca não será possível e os animais morrerão.

Elas também compreendem que as intervenções humanas em nome do desenvolvimento predatório também é uma ameaça à vida, pois presenciaram ou ouviram relato de parentes² sobre as mudanças na vida nos territórios ancestrais que foram provocadas pela alteração do leito de rios, assoreamentos e construção de usinas hidroelétricas. De forma empírica, elas se propõem à pautas de defesa do meio ambiente

² Termo utilizado pelos coletivos indígenas brasileiros para designar outros indígenas, independente da relação direta de parentesco.



porque sabem que a ameaça aos recursos naturais representa ameaça à vida no território, incluindo a vida humana.

Portanto, a luta das mulheres das Terras Indígenas Rio Guaporé e Kaxarari relaciona-se com a vivência cotidiana do nexo água-energia-produção de alimentos, mas também encontra relação com as teorias de sustentabilidade, pois em termos de seu status normativo, a ideia de sustentabilidade é, também, uma meta coletiva (Grunwald, 2015). Nesse sentido, a articulação entre luta das mulheres indígenas em defesa do corpo-território e as teorias da sustentabilidade representam a principal tarefa do trabalho teórico da sustentabilidade que é o reflexo da relação teoria-prática associada (Grunwald, 2015).

Para a compreensão da articulação mencionada, faz-se necessária a compreensão do conceito de sustentabilidade. Existem muitas visões de mundo diferentes sobre a sustentabilidade (Davies, 2013; Grunwald, 2015; Rodrigues, 2017) e muitas possibilidades de abordagens que vão desde a fraca até a forte. Não existe um significado único para o termo sustentabilidade, Dobson (1996) observa que existem mais de 300 definições de sustentabilidade e muitas críticas a respeito da falta de clareza do seu significado (Davies, 2013). Grunwald (2015) afirma que a grande variedade de conceitos de sustentabilidade e a falta de clareza a respeito ao significado do termo "sustentabilidade", bem como a forma de sua tradução na atividade prática, são um forte argumento a favor da necessidade de um debate teórico e aponta que uma possibilidade de consenso conceitual na área do desenvolvimento sustentável seriam os acordos de sustentabilidade celebrados e legitimados internacionalmente.

No entanto, o WCED (1987) popularizou a sustentabilidade por meio da definição de desenvolvimento sustentável pautada em quatro princípios; 1. Planejamento holístico e formulação de estratégias, 2. Preservação de processos ecológicos, 3. Proteção do patrimônio e da biodiversidade e 4. Desenvolvimento que pode ser sustentado por anos futuros (De WCED, 1987).

Portanto, a definição de desenvolvimento sustentável popularizada pela WCED (1987: 43) o define como o "desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades".

Davies (2013) afirma que a definição de Brundtland se enquadra no paradigma fraco. A sustentabilidade fraca é baseada no trabalho de dois economistas neoclássicos; Solow (1974; 1986; 1992; 1993) e Hartwick (1977; 1978; 1990) e pode ser compreendida



como uma extensão da economia do bem-estar neoclássica, portanto baseada na crença de que o capital feito pelo homem é mais importante do que o capital natural. De acordo com o paradigma da sustentabilidade fraca é possível substituir natural capital para o capital feito pelo homem (Davies, 2013).

Em extrema oposição está o paradigma da sustentabilidade forte que afirma que o capital natural não pode ser substituído por capital artificial (Davies, 2013).

Enquanto comunidade global, estamos na extremidade fraca do espectro da sustentabilidade, pois o mundo em desenvolvimento prejudica o capital natural através da exploração e opressão realizada por corporações multinacionais, como Shell ou Exxon Mobil, e em muitos casos o dano é irreversível (Davies, 2013).

Apesar das oportunidades e negócios e empregos trazidas pelas grandes corporações, a maioria dos serviços e infraestrutura ou contrapartidas sociais oferecidas à comunidade local para proteger o meio ambiente estão ausentes ou as ações de mitigação são disfuncionais (Tuodolo, 2009; Davies, 2013).

Davies (2013) traz reflexões importantes sobre as ações de mitigação de danos ambientes que apenas deslocam os problemas ambientais. Segundo o autor a escala de valorização da natureza depende de nossa visão de mundo; cosmovisões sobre as interações entre a humanidade e a natureza afetam o grau em que a proteção é dada ao ambiente.

Davies (2013) afirma que o ponto de vista ideal a ser adotado pelas sociedades é o do eco-sócio-feminismo, que consiste na combinação do eco-socialismo e eco-feminismo. Para ele, a principal razão para adoção dessa cosmovisão é a combinação de uma abordagem de sustentabilidade forte, tanto socioeconomicamente quanto ambientalmente, que atinge o máximo de igualdade. Para Davies (2013), a inclusão das análises de gênero (Little, 1994; McDowell, 1999), bem como da cosmovisão e dos conhecimentos indígenas e movimentos do sul (Lynn, 2003) é vital para a igualdade social. Este é um dos pontos de convergência entre a luta das mulheres das terras indígenas Kaxarari e Rio Guaporé em defesa do corpo-território e as teorias de sustentabilidade e abordagens de desenvolvimento sustentável, pois essas mulheres trazem em sua pauta de reivindicações a necessidade de representatividade nos espaços de fala e de tomada de decisão, a necessidade de legitimação do olhar feminino e da cosmogonia ancestral sobre as possibilidades de desenvolvimento sustentável e a defesa da terra, do território e das vidas ligadas à ele. Não se trata de uma luta local já que a



cosmogonia dos povos indígenas amazônicos compreende a terra como extensão do corpo e o corpo uma extensão da terra, logo, todos os seres humanos estão intimamente ligados à terra, pois a defesa do meio ambiente representa a defesa da vida no planeta. Portanto, a sustentabilidade é uma pré-condição para a vida humana porque existem muitos processos ecológicos que fundamentam seu funcionamento (Davies, 2013).

A defesa do corpo-território também se relaciona com o aporte teórico sobre segurança humana, dignidade humana, direitos fundamentais e mínimo existencial (basicneeds). Uma vez que essa luta se materializa em três liberdades essenciais e complementares: a de não ter medo, a de não passar privações materiais e a de viver com dignidade, evidenciando uma forma de aplicação teórico-prática dos pilares social, ecológico e econômico que sustentam a teoria do desenvolvimento sustentável (Barroso e Mello, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter recente dos estudos geográficos sobre corpo-território é fruto dos movimentos decoloniais, sobretudo na América Latina, que evidenciam outras formas de compreensão do mundo distintas da concepção eurocêntrica. A partir das epistemologias decoloniais e feministas, a compreensão sobre as categorias de análise geográficas corpo e território assumiram um sentido mais amplo e profundo, perpassando além das dimensões física e geopolítica, a dimensão imaterial, subjetiva, cultural e sagrada. Portanto, o estudo em tela compartilha algumas considerações que não podem ser consideradas como finalizadas, dada a dinamicidade e diversidade dos significados contidos nestas duas categorias.

Porém, é possível afirmar que o pensamento e a produção científica decolonial, orquestrados pelos movimentos de resistência à colonialidade e pela pauta dos povos originários latino-americanos, evidenciam a articulação entre a reflexão teórica e a práxis cotidiana que chama a atenção para a necessidade de atualização dos conceitos geográficos e do surgimento de novas formas de imaginação geográfica, especialmente sobre o corpo e o território.

Para o surgimento de novas imaginações geográficas e atualização das categorias território e corpo a contribuição das mulheres indígenas foi fundamental, pois suas pautas sociais incluem a denúncia à cegueira de gênero presente na teoria decolonial e a



demonstração da articulação das categorias território-corpo-terra na práxis cotidiana dos povos originários. A partir da reivindicação por um espaço de fala e de efetiva ação política, as mulheres indígenas e feministas latino-americanas denunciam como seus corpos são objetos de exercício do poder desde o período colonial até os dias atuais, ao mesmo tempo em que são objetos de resistência à colonialidade. Ao existir e produzir conhecimento localizado a partir dos seus lugares de fala, as mulheres indígenas e latino-americanas demonstram os significados que a terra e o território a partir de suas cosmogonias e defendem pautas alicerçadas nas principais demandas do corpo da terra e dos corpos femininos.

Desde o lugar de fala das mulheres indígenas latino-americanas, a relação mantida entre os corpos e o território é o ponto de partida para assegurar a continuidade material e imaterial de suas existências. Em seus discursos, elas denunciam que a invasão do território (e dos mundos nele contidos) e a exploração predatória dos corpos e dos recursos naturais, significam ameaça à vida individual ou coletiva, dependendo da escala utilizada. Ao analisar, a partir das suas cosmogonias e do seu cotidiano, o impacto que a exploração predatória dos recursos naturais e dos corpos do território gera à vida no planeta, elas deslocam a análise da escala micro (localizada) à escala macro (global), enfatizando a relação de interdependência harmônica que todos os seres vivos deveriam manter com a natureza para o alcance de um desenvolvimento que seja de fato sustentável.

Em escala micro, as demandas e pautas trazidas pelas mulheres das terras indígenas Kaxarari e Rio Guaporé convergem para a denúncia da violência e opressão impostas como herança eurocêntrica, que desencadeou um processo de desumanização dos corpos das mulheres indígenas e naturalizou a exposição desses corpos à todos os tipos de violência, incluindo a violência física e exploração sexual, sob pretexto da permissividade “natural” desses corpos. A invasão dos corpos indígenas assume formas distintas para os gêneros femininos e masculinos, cabendo às mulheres a maior carga de opressão em virtude do “entrosque patriarcal” e das formas de violência específicas às quais seus corpos são submetidos, dentre as quais destacam-se a violência sexual e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Em escala macro, a invasão e a exploração predatória do território representam a ameaça aos vários mundos que conferem significado, saberes e condições de existência ao coletivo indígena. Os vários mundos contidos no território se unem ao corpo do coletivo, pois é o acesso a estes mundos e aos conhecimentos ancestrais neles contidos



que assegura a existência dos povos. São os vários mundos do território (mundo animal, vegetal, mineral e espiritual) que sustentam a existência dos seres vivos, portanto, em escala macro a ameaça ao território significa a ameaça à vida do corpo coletivo.

Nessa caminhada de luta e defesa pelo território, os povos originários constroem uma concepção complexa de corpo, que interliga o corpo humano ao corpo da Terra, ao mesmo tempo em que liga o corpo individual ao corpo coletivo através de uma inter-relação que fortalece o “empoderamento identitário”.

A relação que as mulheres indígenas amazônicas (e seus corpos) mantêm com o território é muito mais complexa e profunda se comparada às outras pessoas do coletivo, pois elas possuem uma compreensão global da relação existente entre o acesso à água e a manutenção da vida no território. São as mulheres que tradicionalmente são responsáveis pelas tarefas do cuidar em um coletivo indígena, seja do cuidar das crianças e demais pessoas da família, do cuidar da alimentação, das pequenas criações ou da higiene do lar, portanto, elas percebem claramente a relação de interdependência existente entre o acesso à água, a produção de alimentos. Cabe às mulheres também o ensino da cultura às crianças e aos jovens e esse ensino baseia-se tradicionalmente na história oral, portanto, as mulheres são detentoras de conhecimentos múltiplos contidos nos mitos e narrativas dos ancestrais. Elas conhecem as histórias sobre as mudanças negativas que o desenvolvimento predatório trouxe aos povos da floresta, sabem as consequências que poluição das águas e mudança no curso natural dos rios podem ocasionar para o equilíbrio natural da vida no território. Logo, as mulheres também percebem em seu cotidiano a relação existente entre a água, a produção de alimentos e a geração de energia, por isso a pauta político-social das mulheres indígenas amazônicas demonstra a aplicação prática do nexo água-energia-produção de alimentos.

É a partir do enfrentamento cotidiano às várias ameaças ao território e aos corpos, que as mulheres indígenas amazônicas buscam espaços de fala e de ação política que dêem visibilidade à luta pelo reconhecimento e atendimento das suas demandas, pois para essas mulheres o corpo é o território de vida, opressão e de luta.

REFERÊNCIAS

Alves, H. V. S. Nascimento Silva, M. G. S. Da alegria à dor: as múltiplas relações estabelecidas entre as mulheres da terra indígena Rio Guaporé e o rio. In: Nascimento



Silva, M. G. S. Alves, H. V. S. Matarésio, L. Z.(orgs) *Mulheres das águas*. Jundiaí, São Paulo. Editora Paco, 2021.

Barroso, Luís Roberto. Mello, Patrícia Perrone Campos. Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. *Revista de Direito da Cidade*, vol. 12, nº 2, 2020. ISSN 2317-7721. pp. 1262-1307.

Bonwick, J. [1870] (1970). *The Last of the Tasmanians*. New York. Johnson Reprint Corp.

Brito, Brenda et al. Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian Amazon. *Environmental Research Letters*, v. 14, 2019.

Brownmiller, Susan (1976). *Against Our Will*. Man, Women and Rape. Nova Iorque. Bantam Books.

Cabnal, L. 2010. Acercamientos a La contrucción de l apropuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR, p. 11-25.

Cacciamali, Maria Cristina; Azevedo, Flávio Antonio Gomes. Dilemas da erradicação do trabalho forçado no Brasil. *Doutrinas Essenciais de Direitos humanos*, v. 3, 2011.

Cruz, V. C. 2011. *Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia*. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ (Brasil), 2011.

Castro-Gómez, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 169-186. (Coleção SurSur).

Cruz Hernández, D. T. 2017. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar*, vol. 12, n. 1, p. 35-46.

Davies, George Randal. Appraising Weak and Strong Sustainability: Searching for a Middle Ground. *Consilience: The Journal of Sustainable Development*, Vol. 10, Iss. 1, Pp. 111 – 124, 2013.

Endo, A.; Burnett, K.; Oriencio, P.; Kumazaua, T.; Wada, C.; Ishii, A.; Tsurita, I.; Tanigushi, M. Methods of the Water-Energy-Food Nexus. *Water 7*: 5806-5830, 2015.

Figueiredo M. Z. A., Chiari B. M., Goulart B. N. G. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. *Distúrb Comun*, São Paulo. 2013; 25(1):129-136. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931/11139>.



Fontelles, Renata Garcia Simões. *Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa*. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf.

Giatti, L.L.; Jacobi, P. R.; Favaro, A. K.; Empinotti, A. L. *O nexa água, energia e alimentos aplicados no contexto da Metrópole Paulista*. Estudos Avançados. 30/88: 43-61, 2016.

Grosfoguel, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. *Tabula Rasa*, n. 8, p. 243-282, 2008.

Grunwald, Armin. What kind of theory do we need for sustainable development – and how much of it? Some thoughts. Cap. 3:16-29. In: ENDERS, Judith C.; REMIG, Moritz (Eds.). *Theories of Sustainable Development*. Routledge, 2015. 212 páginas.

Haesbaert, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais. Niterói, Universidade Federal Fluminense. *GEOgraphia*, vol: 22, n. 48, 2020.

Lander, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, Colección SurSur, 2005.

Lindón, A. 2012. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia un renovado *betweeness*. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. v. 11, n. 33, p. 698-723.

Little, J (1994) *Gender, planning and the policy process*, Pergamon Press, Oxford.

Lynn, W (2003) Act of Ethics: A Special Section on Ethics and Global Activism, *Ethics, Place and Environment*, 6(1): 43-78

Massey, D. *For Space*, London: Sage, 2005, pp. 147-195.

McDowell, L. “Aportes primarios”. En: *Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas*. Madrid: Cátedra Universitat de Valencia (Instituto de la Mujer), 2000, pp. 11-35.

Mignolo, Walter. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

Nascimento Silva, M. G. S. Alves, H. V. S. Kanoé, T. “Mulheres indígenas: O combate à violência através das leis, dos costumes e da cultura dos Povos da Terra Indígena Rio Guaporé em Rondônia.” *XIX Encontro Nacional dos Geógrafos*. 2018. Disponível em: <http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=17#M>

OIT – Organização Internacional do Trabalho, *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil*. Brasília: OIT, 2010, p. 48-53.

_____. *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*. Brasília: OIT, 2011.



Oliveira, Marcelo. Bolsonaro: país tem ‘indústria de demarcação’ e reservas indígenas abusivas. *UOL*, 11 fev. 2020.

Oliveira, L.F; Candau, V.M.F. Pedagogía decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In: WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito, Ediciones Abya Yala. 2013.

Paredes, Julieta. *Hilando Fino* (Desde el feminismo comunitario). La Paz: CEDEC, 2008.

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección SurSur, 2005, pp.118-142.

Ratzel, F. *Geografia do homem* (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. (Org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

Rodrigues, Joana Celia Moraes. O nexu água-energia-alimentos aplicado ao contexto da Amazônia paraense. Dissertação. Programa de pós-graduação e Geografia. Universidade Federal do Pará. 2017. 92 Páginas.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Santos, B de S. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

Segato, Rita (2011). Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión Del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Ayala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

Silva, I. de O. G. Silva, P. L. *Usos do conceito geográfico “território” e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia*. Revista Pegada – vol. 17 n.1, julho/2016.

Silva, J. e Ornat, M. 2016. “Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica.” In: Pires, C.; Heidrich, A. e Costa, B. (orgs.) *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura.

Simonian, Ligia T. L. Mulheres indígenas vítimas de violência. *Cadernos do NAEA*, nº 12, Novembro de 1994. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/K1D00037.pdf>

Svampa, M. 2019. *Extractivism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tuodolo, F (2009) Corporate Social Responsibility: Between Civil Society and the Oil Industry in the Developing World, *ACME*, 8(3): 530-541



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

Vasconcellos, Patrícia Mara Cabral. Vozes da exclusão: os assassinatos de defensores de direitos humanos na Amazônia. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 7, n. 2, 2019.